

ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NO TURISMO POR MEIO DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRAIA DO SEIXAS (PB)

Gutemberg Cardoso da Silva*, Paulo Henrique Ferreira Lacerda** & Juarez Velozo***

Resumo

As políticas públicas de turismo são objeto de estudo relevante, e tem-se tomado crescente a produção sobre o conteúdo, os impactos, a formulação e o histórico dessas políticas. Porém, pouco se tem discutido sobre os meios pelos quais essas políticas se materializam na sociedade, os chamados instrumentos de políticas públicas. Essa pesquisa, no entanto, tem por objetivo investigar como os instrumentos das políticas públicas de turismo sustentado são caracterizados e utilizados. Para isso, escolheu-se a Praia do Seixas, em João Pessoa, na Paraíba. Em seu método, foram utilizadas a análise documental, a observação de campo e as entrevistas com a comunidade local. Foi possível aferir que os instrumentos se evidenciam em ações pontuais, por meio de leis e decretos, porém, em grande parte dos casos, sem necessariamente compor uma lógica sequencial. Concluiu-se que tais instrumentos de políticas públicas utilizados pela municipalidade resultam de escolhas políticas e não são meramente formas de ação livre de subjetividade, sendo responsáveis pelo entendimento e pela percepção da comunidade local sobre a existência e a presença de políticas públicas.

Palavras-Chave: Políticas Públicas de Turismo; Turismo Sustentado; Instrumentos Políticos; Praia do Seixas (PB).

GOVERNMENTAL ACTION IN TOURISM THROUGH PUBLIC POLICY INSTRUMENTS IN PRAIA DO SEIXAS (PB)

Abstract

Public tourism policies are the subject of relevant study, and production on their content, impacts, formulation, and history has been increasing. However, little has been discussed about the means by which these policies materialize in society, the so-called public policy instruments. This research, however, aims to investigate how sustainable tourism public policy instruments are characterized and used. For this, Praia do Seixas, in João Pessoa, Paraíba, was chosen. In its method, document analysis, field observation and interviews with the local community were used. It was possible to verify that the instruments are evident in specific actions through laws and decrees; however, in most cases, this does not necessarily constitute a sequential logic. It was concluded that the municipality's public policy instruments result from political choices, not merely from forms of action free of subjectivity, and that these instruments shape the local community's understanding and perception of public policy.

Keywords: Public Tourism Policies; Sustainable Tourism; Political Instruments; Seixas Beach (Paraíba).

ACCIÓN GUBERNAMENTAL EN TURISMO A TRAVÉS DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA EN PRAIA DO SEIXAS (PB)

Resumen

Las políticas públicas de turismo son objeto de estudios relevantes, y la producción sobre su contenido, impactos, formulación e historia es cada vez mayor. Sin embargo, poco se ha discutido sobre los medios por los cuales estas políticas se materializan en la sociedad: los llamados instrumentos de política pública. Esta investigación, sin embargo, tiene como objetivo analizar cómo se caracterizan y se emplean los instrumentos de política pública para el turismo sostenible. Para ello se eligió la Praia do Seixas, en João Pessoa, Paraíba. En su método se utilizaron el análisis documental, la observación de campo y las entrevistas a la comunidad local. Se pudo comprobar que los instrumentos se evidencian en acciones específicas, a través de leyes y decretos; sin embargo, en la mayoría de los casos no necesariamente siguen una lógica secuencial. Se concluyó que tales instrumentos de política pública utilizados por el municipio son el resultado de elecciones políticas y no meras formas de acción libres de subjetividad, y que son responsables de la comprensión y percepción de la comunidad local sobre la existencia y presencia de las políticas públicas.

Palabras clave: Políticas Públicas de Turismo; Turismo sostenible; Instrumentos Políticos; Playa de Seixas-PB.

HOW TO CITE: da Silva, G. C., Lacerda, P. H. F. & Velozo, J. (2025). Silva, G. C. da, Lacerda, P. H. F., & Velozo, J. Atuação Governamental no Turismo por meio de Instrumentos de Políticas Públicas na Praia do Seixas (PB). *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, v. 16, n. 1 (Edição Regular), 1 – 17, Jan./ Dez.

Retrieved from: <https://periodicos.ufrb.br/index.php/abet/article/view/43309>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14577754>

1 INTRODUÇÃO

A política pública de turismo pode estimular a melhoria das condições de vida das populações receptoras do turismo, além de possibilitar a captação de investidores que contribuam para o desenvolvimento de um destino turístico (Conceição & Conceição, 2015). Assim, as políticas públicas de turismo, voltadas ao planejamento e ao desenvolvimento do setor, devem estar em consonância com outras políticas

públicas, como as de transporte, saúde, educação e segurança (Brasil, 2009). Considerando o período a partir da redemocratização do Brasil, as políticas públicas voltadas ao setor tiveram espaço na Esplanada dos Ministérios no chamado “Indústria, Comércio e Turismo” de 1992 em diante, em seguida denominado “Esporte e Turismo”, e conquistaram sua pasta exclusiva em 2003, passando a ser chamado de Ministério do Turismo (Velozo-Silva et al., 2023).



Licenciada por Creative Commons
4.0 / Internacional
CC BY 4.0

* Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS; Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Paraná/UFPR. ID Orcid <https://orcid.org/0000-0001-9062-0171>. [gutorp@outlook.com]

** Doutorando e Mestre em Turismo pela Universidade de São Paulo/USP. Turismólogo pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB. ID Orcid <https://orcid.org/0000-0002-2918-0514> [paulolacerdatu@gmail.com]

*** Doutorando em Turismo pela Universidade de São Paulo/USP. Mestre em Turismo pela Universidade de São Paulo/USP. Especialista em Gestão de Pessoas pelo SENAC. Turismólogo pelo Centro Universitário UNIBERO. CV lattes: <https://lattes.cnpq.br/8413083430323600>. ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3275-0100>. [juarez.velozo@hotmail.com]

Na elaboração e implementação dessas políticas públicas, há a intenção de alterar a realidade. Essa intencionalidade é posta em prática por meio de procedimentos, processos e práticas que transformam a política pública em ação concreta na realidade, por meio dos chamados instrumentos de políticas públicas (Capella, 2018). Também, Charlotte, Lascoumes e Le Galès (2021) constata a necessidade de um aprofundamento mais acentuado do entendimento dos instrumentos de políticas públicas nos estudos, pois esse tema ainda é uma agenda marginalizada em diferentes domínios¹ e âmbitos². O argumento dos autores é que os instrumentos são frequentemente vistos como características meramente técnicas e suplementares às pesquisas sobre o processo de políticas públicas (Halpern, Lascoumes & Le Galès, 2021).

Dessa forma, surge a necessidade de compreender os instrumentos de políticas públicas no turismo, um domínio da política que abrange outros domínios e diversos atores, desde a concepção até a implementação. Sendo assim, para além de uma categoria secundária num estudo de política pública, esta pesquisa irá focar os instrumentos como categoria principal de análise, buscando contribuir para a literatura por meio de um estudo no campo do turismo. Ainda, considerando o instrumento para além de uma questão técnica, mas também, política.

Além da discussão sobre os instrumentos de políticas públicas, considera-se necessário relacionar esse tema ao desenvolvimento sustentável. Para isso, utilizaram-se os Instrumentos de Políticas Públicas de Turismo Sustentado, propostos por Bill Bramwell (2001), como meio de análise dos instrumentos de políticas públicas no domínio do turismo sob uma perspectiva sustentável.

Como turismo sustentado, entende-se, neste trabalho, o turismo sustentável. Ambas as terminologias têm a mesma finalidade, mas o conceito adotado foi “sustentado” para fazer jus à obra basilar e seminal nos estudos sobre o objeto de análise desta pesquisa, a saber: “Selecionando instrumentos de política para o turismo sustentado”, de Bill Bramwell (2001). Desse modo, o objetivo deste trabalho é investigar como os instrumentos das políticas públicas de turismo sustentado são caracterizados e utilizados. Como recorte de estudo, escolheu-se a Praia do Seixas, em João Pessoa, no estado da Paraíba, Brasil.

O ponto extremo oriental é reconhecido desde setembro de 1941, logo após a disputa da alcunha com a praia de Ponta de Pedras, em Pernambuco. Seu reconhecimento nacional se consolida após a construção do monumento do Farol do Cabo Branco, em abril de 1972, e, em diversos momentos ao longo da história, os dois pontos acabam sendo confundidos e até considerados um único atrativo.

Em 2023, a cidade de João Pessoa ficou em segundo lugar no *ranking* nacional de melhores destinos para viagens de lua de mel, segundo o portal Casar.com, e em sexta posição no ranking nacional de melhores destinos do país, segundo o portal “Melhores Destinos” (PMJP, 2023³). É importante destacar que o desenvolvimento do turismo na

Praia do Seixas não implica, necessariamente, um crescimento desordenado. A literatura indica que, por vezes, turistas criticam a atividade turística em expansão não por críticas mais bem fundamentadas em questões específicas, mas sim pelo fato de essas mesmas pessoas terem interesse em visitar locais com menos pessoas, tendo o privilégio de visitá-los sem muitas pessoas na localidade (Vaz, 2023).

Ofuscada pelos atrativos turísticos consolidados, a praia não recebe a mesma atenção dos gestores quanto a alguns pontos de seus arredores. O extremo oriental das Américas abriga comunidades de pescadores e barraqueiros, donos de bares e restaurantes, além de administradores de associações sindicais sediadas no bairro. Todos os dias, e com mais intensidade aos finais de semana, as empresas de turismo receptivo desembarcam seus ônibus, vans e *buggys*, com turistas meso-psicocêntricos em busca de piscinas naturais (Melo, Lins & Eloy, 2014).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Estado tem um papel estruturante na atividade turística, uma vez que é responsável por resolver os conflitos que ocorrem em sua dinâmica, já que esta utiliza bens públicos e comuns e acaba impactando social e ambientalmente os destinos turísticos (González, 2014). Portanto, cabe aos governos promover o ordenamento do turismo, considerando que a economia de mercado não é capaz, por si só, de desenvolver o turismo sustentado. Esse turismo sustentado seria, então, aquele que busca estabelecer igualdade na distribuição dos benefícios do turismo, o cuidado com os recursos de uma destinação e a preocupação com a sustentabilidade (Bramwell, 2001). Adicionalmente, a ausência de políticas públicas e de narrativas positivas pode impactar negativamente os destinos, causando distorções na imagem que lhes é atribuída (Grenchi, Lorenzo & Buson, 2024).

O turismo sustentado adota, em seu conceito, princípios que respeitam os valores do desenvolvimento sustentável, determinantes na escolha dos instrumentos políticos adequados a esse turismo. Os principais fundamentos do desenvolvimento sustentado, expostos por Bramwell (2001) e ilustrados no quadro a seguir, são recursos, futuro e igualdade.

Quadro 1: Fundamentos do Turismo sustentado

Recursos	são essenciais para proporcionar o bem-estar, através do mínimo uso de recursos não-renováveis, preocupando-se com a viabilidade do meio ambiente, recursos econômicos, culturais e sociais.
Futuro	responsabilidade com as gerações futuras, proporcionando a elas o uso dos recursos, oportunidades e opções assim como na atual geração.
Igualdade	justiça nas distribuições dos recursos entre os cidadãos, no que diz respeito aos benefícios e custos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Bramwell (2001).

¹ Por domínio de política pública, entende-se, neste trabalho, a área à qual a política pública se insere, neste caso, o turismo.

² Por âmbito, entende-se a escala de atuação do Estado, no caso federativo brasileiro: municipal, estadual, regional ou nacional.

³<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/joao-pessoa-mais-uma-vez-e-a-unica-capital-na-lista-dos-top-10-melhores-destinos-do-brasil/>

Conceição e Conceição (2015) destacam que a eficácia das estratégias, sejam gerais ou específicas, está diretamente ligada aos instrumentos empregados em sua formulação e desenvolvimento. Nesse sentido, Molina e Rodriguez (2001, p.102) argumentam que esses instrumentos não apenas influenciam as estratégias, mas também, de alguma forma, condicionam a realização de objetivos e metas.

De acordo com Dias (2003), o Estado exerce seu papel enquanto agente e parte interessada por meio de políticas públicas, que podem ser entendidas como ações exclusivas do Estado voltadas ao bem-estar comum, bem como à compreensão e à atenção às demandas da sociedade. As políticas públicas são diretrizes executadas por meio de instrumentos de política pública. Em outras palavras, ao se falar em instrumentos de política, é importante considerá-los como mecanismos pelos quais o Estado interfere na atividade turística.

A evolução teórica sobre os instrumentos de políticas públicas passou de uma abordagem centrada em mecanismos tradicionais, como regulamentações e subsídios, para uma visão mais ampla que considera seus impactos simbólicos e sociais (Lascoumes & Le Galès, 2007). No turismo, essa mudança se reflete, por exemplo, na busca por instrumentos que relacionam aspectos econômicos, sociais e ambientais para promover um desenvolvimento sustentável (Molina & Rodriguez, 2001). Ainda, Costa (2015) reforça que a escolha adequada desses instrumentos é essencial para alcançar objetivos estratégicos, destacando a necessidade de uma abordagem holística na formulação e na implementação de políticas públicas.

Molina e Rodriguez (2001) consideram que, no contexto do planejamento e das políticas de turismo, certos instrumentos desempenham um papel central: I) financiamento; II) pressupostos de saída; III) pressupostos de entrada; e IV) normas jurídicas. Estes instrumentos são apresentados no Quadro adiante:

Quadro 2 – Instrumentos das políticas públicas

Financiamento	Tem a capacidade de mobilizar recursos humanos, técnicos, materiais, tecnológicos etc. Da mesma forma, o financiamento visa melhorar a distribuição da receita nacional e regional e, além disso, regular e conduzir a economia e toda a sociedade para atingir os objetivos predeterminados.
Pressupostos de entrada	Seriam as receitas públicas. Constitui o instrumento que ajuda na determinação e início das diferentes atividades e projetos que derivam de um plano. O governo obtém receitas por intermédio de impostos, explorações diversas etc
Pressupostos de saídas	São os gastos públicos. Afetam diretamente a estratégia global de desenvolvimento e o ritmo de crescimento da economia e dos setores sociais. O gasto público maior corresponde a uma maior intervenção do governo na sociedade.
Normas jurídicas	Têm o papel de definir as responsabilidades, atribuições e limitações às quais devem estar diretamente envolvidas as instituições no processo de planejamento.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Molina e Rodrigues (2001, p. 104).

Desse modo, esses instrumentos contribuem para a formação de políticas públicas no turismo, e suas aplicações podem estar diretamente envolvidas em sua formulação. Ainda se sustenta o argumento de que, para uma aplicação bem-sucedida desses instrumentos, são necessárias algumas fases: aplicação, programação, pressuposição, instrumentação e avaliação (Beni, 2006).

Também, são necessários objetivos claros para o atingimento de pleno desenvolvimento em instrumentos turísticos como: envolver governos para orquestrar ações que solucionem aspectos da demanda turística; possuir base orçamentária advinda dos setores público e privado, para o desenvolvimento de ações e investimentos; ter claros os critérios para avaliação da execução orçamentária, bem como indicadores de perdas e de eficiência; além de possuir instrumentos para fiscalização e controle para mitigar possibilidades de desvios (Beni, 2006).

Todos esses objetivos, na visão do autor, visam ao desenvolvimento do turismo conforme as políticas de turismo propostas pelos governos em seus respectivos âmbitos. Pesquisas também apontam que o empenho dos governos na implantação de tecnologia digital em destinos auxilia o setor em seu desenvolvimento — especialmente no pós-pandemia —, superando os desafios enfrentados pelos destinos e impulsionando a economia local e nacional (Dhama & Anil, 2024).

Há ainda o apontamento de quatro instrumentos políticos mais utilizados no turismo sustentado, a saber: o

encorajamento, os incentivos, os gastos do governo e as regulamentações (Bramwell, 2001).

O **Painel de Instrumentos** é utilizado para a efetivação da política de turismo sustentado, por meio de dispositivos que considerem as necessidades específicas do local. Seus objetivos atuam na tomada de decisão, a qual reflete os processos sociais, econômicos e turísticos, que, por sua vez, são influenciados pelas crenças, valores e ideologias existentes.

Os instrumentos são a) o **zoneamento**: utilizado para controlar ou estimular o desenvolvimento do turismo, bem como limitar o acesso de turistas a áreas vulneráveis; b) a **disseminação de códigos de conduta**: a fim incentivar um comportamento apropriado na prática do turismo; c) a **imposição de taxas**: no uso de energia elétrica e de serviços de tratamento de resíduos para estimular as empresas de turismo a consumir de maneira consciente os recursos escassos e reduzir a poluição; e d) o **fornecimento público de infraestrutura**: de administração de tráfego para reduzir o congestionamento, e conseqüentemente a emissão de gases poluentes nas áreas turísticas (Bramwell, 2001).

Com base na literatura apresentada anteriormente, as intervenções dos governos são orientadas por políticas e implementadas por meio de instrumentos de política pública (Bramwell, 2001). É sobre esses instrumentos que esta pesquisa se sustenta. Os indicadores propostos por este autor nortearam a análise das ações implementadas pelo poder público na região estudada.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, pois aprofundou-se no problema em questão, buscando compreender as subjetividades da realidade estudada (Richardson, 2012; Creswell, 2014). Além disso, caracteriza-se a pesquisa como descritiva e exploratória, amplamente utilizadas no turismo, por serem flexíveis (Veal, 2011) e por possibilitarem o uso de diversas ferramentas de coleta de dados (Schluter, 2003).

Para a sustentação teórica desta investigação, utilizou-se a revisão narrativa da literatura, especialmente indicada para o levantamento de questões no campo, além de contribuir para a atualização da discussão em tela (Rother, 2007). A estratégia de pesquisa adotada foi o estudo de caso da Praia do Seixas, localizada na zona sul do município de João Pessoa, na Paraíba, que ostenta o título de praia mais oriental das Américas.

Na fase de coleta de dados, foram realizadas: a) coleta documental (Zappellini & Feuerschütte, 2015) em órgãos oficiais, para caracterizar a área e compreender a legislação vigente no local; b) entrevistas por meio de roteiro semiestruturado (Gerhardt & Silveira, 2009), com moradores, lideranças comunitárias e comerciantes locais; e c) observação direta (Marietto, 2018) do campo, com sistematização de percepções dos pesquisadores em diário.

Os documentos foram coletados por meio de portais oficiais online em 2019. As entrevistas duraram entre 35 e 50 minutos e foram realizadas 8. O roteiro utilizado contava com perguntas sobre o conhecimento das ações dos governos, os usos e a compreensão de incentivos, as necessidades de melhoria e a percepção de mudanças na infraestrutura local, a visão sobre a legislação ligada ao turismo e o conhecimento das leis do setor, a fim de compreender melhor a percepção das pessoas envolvidas no espaço de pesquisa sobre os temas mencionados.

A utilização de um roteiro semiestruturado permitiu flexibilidade e a formulação de novas perguntas ao longo da entrevista. Todas as entrevistas foram transcritas. A observação de campo, último procedimento de coleta, foi operacionalizada por meio de três visitas de campo, sendo uma em 2019 e duas em 2020. Nessa fase, as anotações foram feitas em diário de campo, com base nas percepções de dois dos autores deste estudo.

Por fim, para a análise dos dados, buscou-se compreender, a partir de reflexões respaldadas na literatura a ser apresentada a seguir, de que modo os instrumentos de políticas públicas propostos por Bramwell (2001) puderam ser compreendidos com base nos dados primários (entrevistas e observações) e secundários (documentos) do campo. Dessa forma, diferentes fontes de dados foram utilizadas para gerar possíveis respostas à pergunta de pesquisa, por meio da triangulação de fontes, o que garante maior validade aos dados encontrados (Creswell e Creswell, 2017).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir, serão apresentados os resultados de cada um dos quatro instrumentos de políticas públicas.

4.1 Encorajamento do Governo

O encorajamento do governo é efetivado por meio da informação, da educação e da orientação geral fornecidas às operadoras do turismo, aos turistas ou às comunidades, a fim de fomentar o turismo sustentado (Bramwell, 2001). Com base no exposto, identificaram-se instrumentos dessa natureza na área estudada.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), por meio da Secretaria de Meio Ambiente (Seman), desenvolveu ações de preservação e recuperação ambiental no âmbito do Programa Carbono Zero, com o objetivo de contribuir para a redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂). Foram realizadas atividades de recuperação ambiental de nascentes de rios e de áreas degradadas, plantio e distribuição de mudas de árvores nativas, e reordenamento dos estabelecimentos comerciais da orla da cidade.

Figura 01. Praia do Seixas durante a visita.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2022).

Já o Projeto Verde - Estação Sustentável dedicava-se à preservação, à conscientização e à sustentabilidade ambiental, por meio de atividades de reaproveitamento de descartáveis, palestras educativas e distribuição de mudas de plantas nativas, frutíferas e arbóreas. Essa iniciativa foi promovida pelo setor de gestão educacional da Estação Cabo Branco - Ciência, Cultura e Artes.

Figura 02. Praia do Seixas durante a visita.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2022).

Em visita ao local, observou-se que a população não se sentia suficientemente instruída para lidar com os problemas decorrentes da erosão da falésia na região da Ponta do Seixas. Também relataram a sensação de insegurança e de descaso quanto às ações do poder público para conter o desgaste do solo.

Nesse sentido, no local, não se viam ações básicas, como uma placa de orientação quanto ao uso ou que informasse sobre a importância da preservação desse espaço para toda a sociedade brasileira. Assim, apesar das ações de encorajamento, percebeu-se a falta de conscientização e de infraestrutura para promover o respeito à conservação dos recursos naturais.

Figura 03. Ausência de infraestrutura para conscientização.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2022).

Figura 04. Ausência de infraestrutura para conscientização.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2022).

4.2 Incentivos Financeiros do Governo

São ações que modifiquem os preços dos negócios de turismo, para os turistas ou para as comunidades receptoras, quando ocorrem danos ambientais ou culturais, e até mesmo para comportamentos convenientes (Bramwell, 2001). Não foram observadas, de forma clara, em documentos, visitas e entrevistas, ações nesse sentido.

4.3 Gastos do Governo

Os gastos do governo destinam-se a ações que promovem o desenvolvimento da comunidade local. Desse

modo, a partir das visitas à região, notou-se que o governo investiu em algumas formas de infraestrutura, a saber: a) asfaltar as principais vias de acesso a restaurantes, bares e à praia; b) saneamento básico na região; e c) linhas de ônibus.

Porém, a partir das entrevistas realizadas com moradores locais, percebeu-se que ainda há muito a fazer, principalmente em relação à infraestrutura para receber turistas. Foram exemplos recorrentes nas entrevistas: o calçamento das vias, padronização dos bares e restaurantes da orla e a construção de praças, áreas comuns para os turistas poderem frequentar, criação de dois pequenos centros comerciais (mercados), um para que moradores da comunidade possam vender seus produtos, como artesanato; e um mercado de peixes, para os pescadores terem um espaço com uma melhor estrutura para vender.

Na análise dos documentos, há discussões de ordem municipal, desenvolvidas pela Câmara Municipal de João Pessoa, voltadas a melhorias e incentivos ao desenvolvimento da região, principalmente no âmbito do turismo. Porém, nenhum instrumento foi utilizado na aplicação ao longo da pesquisa.

4.4 Regulamentações do Governo

Não envolve incentivos financeiros nem gastos diretos do governo, mas proíbe ou exige ações e caminhos a serem adotados por todos os envolvidos no setor turístico. Neste instrumento, notou-se que a única lei que a região segue é a Lei Geral do Turismo, na qual se utilizam as atribuições do Governo Federal no planejamento, no desenvolvimento e no estímulo do setor turístico. E que, apesar do “Regulamento do Serviço de Transporte Turístico”, que estabelece que todos os meios de transporte utilizados no local para fins turísticos precisam estar devidamente registrados no Mtur, de acordo com entrevistados locais, algumas embarcações ali atuantes não estão cadastradas. Além disso, relataram que não há fiscalização constante no local.

A orla de João Pessoa está submetida à chamada lei dos espigões, que observa os princípios da Constituição da Paraíba. Essa lei limita a altura das edificações em uma faixa de 500 metros da orla, visando preservar a paisagem da orla.

Ainda, constatou-se a presença de duas leis municipais que promovem a acessibilidade: a lei de fornecimento de cardápios trilingues e a lei de cardápios em braile, obrigatórios em restaurantes, bares, hotéis e similares, e o fornecimento de cardápios em braile, tomando o ambiente mais receptivo a diferentes públicos.

“João Pessoa, segunda cidade mais verde do mundo” e “João Pessoa, ponto extremo oriental das Américas” são exemplos de como o marketing turístico da cidade vem se estruturando. A propaganda turística desempenhou um papel fundamental ao reforçar o caráter diferenciado do espaço turístico local em relação ao espaço estudado neste trabalho. Assim, a imagem turística evidencia a relevância da Praia do Seixal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo investigar como são caracterizados e utilizados os instrumentos de políticas

públicas de turismo sustentado, com base em estudo realizado na Praia do Seixas, no município de João Pessoa, Paraíba. Desse modo, foi possível compreender que os instrumentos caracterizam-se por ações pontuais, baseadas em leis e decretos, e que, muitas vezes, não integram uma lógica sequencial, exceto em projetos específicos.

É possível constatar que os instrumentos não são meros meios de operacionalização das políticas públicas. Eles são a forma pela qual os governos escolhem atuar na sociedade, revelando um caráter subjetivo que pode variar de gestão a gestão. Nesse sentido, as ações de incentivo financeiro não estão presentes, em termos quantitativos, como as demais, o que se relaciona à forma como a política é concebida.

Além disso, os instrumentos são a forma pela qual as comunidades percebem a atuação do governo. O conhecimento das diretrizes orientadoras das políticas pode ser limitado entre a população, mas a execução dos instrumentos permite que a sociedade perceba o governo em ação. Por isso, os instrumentos são relevantes para moldar a compreensão da sociedade sobre a atuação governamental em um setor de política pública. Assim, essa pesquisa contribui para a literatura das políticas públicas de turismo ao reivindicar o papel dos instrumentos como relevantes mediadores entre a política pública e ações e seu papel de destaque na percepção da sociedade para com as políticas de turismo.

Na perspectiva teórica, essa pesquisa contribui ao lançar luz sobre a caracterização e a compreensão do papel dos instrumentos de políticas públicas, no âmbito municipal, nos estudos do turismo. Dessa forma, a categoria aqui estudada pode apresentar características essenciais aos estudos do campo, principalmente ao compreender o papel desses instrumentos na percepção da comunidade em relação à ação governamental. Assim, a presente pesquisa pôde contribuir para uma área de escassa produção, revelando-se relevante para o enquadramento das ações nas decisões políticas dos governos em prol do turismo.

As técnicas utilizadas nesse estudo mostraram-se pertinentes para a compreensão do fenômeno. No entanto, o desenho metodológico apresentou uma limitação por não incluir representantes do Estado, como as secretarias municipais e estaduais de Turismo. Nesse sentido, pesquisas futuras podem, além de incorporar a compreensão dos instrumentos como parte relevante das políticas públicas, buscar compreendê-los por meio da percepção de gestores, políticos e burocratas de alto escalão. Outra limitação é que os dados se referem a um único destino. Por isso, sugere-se que novos estudos sobre os instrumentos sejam realizados em outros âmbitos, como os estaduais e os federais, a fim de compreender se a caracterização dos instrumentos varia conforme o ente federativo.

REFERÊNCIAS

Beni, M. C. (2006). *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph.

- Bramwell, B. (2001). Selecionando instrumentos de política para o turismo sustentado. *Turismo global*. São Paulo: SENAC, 375-392.
- Brasil. Ministério do Turismo. *Curso Formação de Gestores das Políticas Públicas do Turismo*. Brasília: MTur. 2009
- Capella, A. C. N. (2017). *Formulação de Políticas Públicas (Coleção Governo e Políticas Públicas)*. Brasília, DF: ENAP.
- Charlotte, H., Lascoumes, P., & Le Galès, P. (2021). As abordagens a partir dos instrumentos da ação pública.. Disponível em: <https://sciencespo.hal.science/hal-03420513/>. Acesso em: 15 Ago. 2022.
- Conceição, C. C. & et al. (2010) *Políticas Públicas de Turismo no estado do Amapá no período de 2003 a 2007*. Dissertação de Mestrado. UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, SC, Brasil.
- Conceição, C. C., & da Conceição, C. C. (2015). A elaboração das políticas públicas de turismo do Estado do Amapá com base nos instrumentos políticos proposto por Bramwell. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 3(2). <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/7804>.
- Creswell, J. W. (2021). *A concise introduction to mixed methods research*. SAGE publications.
- Creswell, J. W.; Creswell, J. D.. *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Sage publications, 2017.
- Dias, R. (2003) *Planejamento do turismo*. 01. ed. São Paulo: Atlas.
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acessado em, 10(10), 2015.
- González, MV (2014). Governança do turismo: políticas públicas inovadoras ou retórica banal? *Caderno Virtual de Turismo*, 14 (1), 9-22. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1023>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- Lascoumes, P., & Le Galès, P. (2007). Introduction: Understanding Public Policy through Its Instruments—From the Nature of Instruments to the Sociology of Public Policy Instrumentation. *Governance*, 20(1), 1-21.
- Marietto, M. L. (2018). Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. *Revista Ibero Americana de Estratégia*, 17(4), 05-18.
- Molina, S., & Rodriguez, S. (2001). *Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina*. EDUSC.
- Peters, B. G. (1986). *American public policy*. Chatham, NJ: Chatham House, 11-28..
- Richardson, R. J., Peres, J. D. S., Wanderley, J., Correia, L., & Peres, M. D. H. D. M. (2012). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 14. reimpr. São Paulo: Atlas.
- Rother, E. T. (2007). Revisión sistemática X Revisión narrativa. *Acta paulista de enfermagem*, 20, v-vi.
- Schlüter, R. G. (2003). *Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria*. São Paulo: Aleph.
- Sousa Melo, R., Lins, R. P. M., & Eloy, C. C. (2014). O impacto do turismo em ambientes recifais: o caso da Praia de Seixas-Penha, Paraíba, Brasil. *REDE-Revista Eletrônica do Prodema*, 8(1).
- Veal, A. J. (2011). *Metodologia de pesquisa em lazer e turismo*. São Paulo: Aleph, 29.
- Velozo-Silva, J., Oliveira, J. L. S., Braga, D. C. & Tomazzoni, E. L. (2023). Desafios da gestão de crises no turismo e aprendizados com as experiências de ministros de Estado no Brasil. <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/19302>

Zappellini, M. B., & Feuerschütte, S. G. (2015). O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. *Administração: ensino e pesquisa*, 16(2), 241-273. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/238>. Acesso em: 25 ago. 2022

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio por meio de bolsa, indispensável à realização desta pesquisa – Código de Financiamento 001. E, evidentemente, aos leitores, razão de nossos esforços

CRediT author statement

Term	Definition	Author 1	A2	A3
Conceptualization	Ideas; formulation or evolution of overarching research goals and aims.	x	x	x
Methodology	Development or design of methodology; creation of models.	x		
Software	Programming, software development; designing computer programs; implementation of the computer code and supporting algorithms; testing of existing code components.	x	x	x
Validation	Verification, whether as a part of the activity or separate, of the overall replication/ reproducibility of results/experiments and other research outputs.	x	x	x
Formal analysis	Application of statistical, mathematical, computational, or other formal techniques to analyze or synthesize study data.	x	x	x
Investigation	Conducting a research and investigation process, specifically performing the experiments, or data/evidence collection	x	x	x
Resources	Provision of study materials, reagents, materials, patients, laboratory samples, animals, instrumentation, computing resources, or other analysis tools.	x	x	x
Data Curation	Management activities to annotate (produce metadata), scrub data and maintain research data (including software code, where it is necessary for interpreting the data itself) for initial use and later reuse.	x	x	x
Writing - Original Draft	Preparation, creation and/or presentation of the published work, specifically writing the initial draft (including substantive translation).	x	x	x
Writing - Review & Editing	Preparation, creation and/or presentation of the published work by those from the original research group, specifically critical review, commentary or revision – including pre- or post-publication stages.	x	x	x
Visualization	Preparation, creation and/or presentation of the published work, specifically visualization/ data presentation.	x	x	x
Supervision	Oversight and leadership responsibility for the research activity planning and execution, including mentorship external to the core team.	x	x	x
Project administration	Management and coordination responsibility for the research activity planning and execution.	x	x	x
Funding acquisition	Acquisition of the financial support for the project leading to this publication.	x	x	x

Source: reproduced from Elsevier (2022, s/p), based upon Brand et al. (2015).

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial

Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido / Received / Recibido: 15.01.2025; Revisado / Revised / Revisado: 08.04.2025 – 02.10.2025; Aprovado / Approved / Aprobado: 25.12.2025; Publicado / Published / Publicado: 27.05.2026*.

Artigo resubmetido / Resubmitted paper / Artículo reenviado.

[* Editorial note: article originally scheduled for publication in 2025, but published in 2026 due to disruptions in the editorial workflow associated with external factors, including the interruption of services provided by a third-party editorial support provider.]

Documento revisado às cegas por pares / Double-blind peer review paper / Documento revisado por pares ciegos.